

Este número da *Cadernos Cenpec* traz *currículo* como dossiê temático. Trata-se de assunto relevante para o país. As avaliações externas coordenadas por vários entes federados, bem como diversos estudos, têm mostrado dificuldades dos alunos em alcançar bom desempenho em conteúdos centrais das disciplinas, tanto no ensino fundamental quanto no ensino médio. Especialistas têm denunciado o fato de que, no país, as matrizes das avaliações em larga escala têm sido acatadas pelos sistemas como currículos. O recém-aprovado Plano Nacional de Educação estabelece que se defina um currículo nacional comum para o ensino fundamental. Vive-se em um momento histórico em que muitos países têm efetivado mudanças curriculares, seja com vistas a ampliar a equidade nos sistemas escolares, seja para contemplar as mudanças mais recentes vivenciadas pelas sociedades contemporâneas. Esses e outros elementos de contexto justificam a importância de refletirmos sobre o que devemos incluir nos currículos de educação básica, como se elabora um currículo, que questões políticas estão envolvidas em suas produções.

No artigo *Superando a crise do currículo: uma abordagem baseada no conhecimento*, presente na seção Traduções, Michael Young apresenta argumentos para defender a tese de que a teoria do currículo e o próprio currículo devem partir do direito do aluno ao conhecimento poderoso, especializado e recontextualizado. Para Young, os teóricos do currículo teriam abdicado de pensar o que deve ser ensinado – entre outras razões – devido ao modo como têm compreendido a relação entre saber e poder. Os estudiosos do assunto estariam vendo apenas um lado dessa relação, aceitando sem críticas a noção de que o que se ensina na escola serve unicamente

à dominação ou à reprodução social. Para o autor, essa perspectiva teórica interroga a política, mas nada diz sobre o direito ao conhecimento capaz de gerar poder. O autor faz ainda um preâmbulo para mostrar a vigência de duas visões opostas sobre conhecimento que, para ele, tem contribuído para o abandono por parte dos curriculistas do seu objeto: por um lado, há aqueles que veem o conhecimento como sagrado, fixo, razão pela qual não deve ser questionado, superado ou investigado. De outro lado, há os que valorizam apenas a capacidade do indivíduo de aprender, com foco exagerado na experiência. O autor propõe um equilíbrio entre as duas posições: o conhecimento é relevante e precisa ser reconhecido como tal; é preciso levar os alunos a superar a experiência para que tenham acesso ao conhecimento poderoso; o conhecimento deve ser visto como algo que pode ser superado ou rediscutido.

A defesa da centralidade da discussão do que deve ser transmitido aos alunos – ou o que deve compor o currículo – também é o mote do texto *Conhecimentos ou competências: o que transmitir?*, de Marie Duru-Bellat, uma das maiores pesquisadoras da Sociologia da Educação francesa na atualidade, presente na seção Traduções. A autora organiza sua reflexão a partir da discussão da polêmica relativa ao que priorizar na transmissão aos alunos: competências ou saberes? Para isso, retoma o debate da noção de competências e questões que seu uso pode suscitar nos educadores.

O presidente da instituição responsável pela elaboração do currículo nacional da Austrália, Barry McGaw, é o entrevistado deste número da *Cadernos Cenpec*. McGaw trata do processo de constituição do acordo político entre estados federados para a elaboração do novo currículo nacional australiano, informando meios utilizados para solução de impasses políticos. O entrevistado trata ainda do currículo propriamente dito, seus conteúdos, fundamentos e justificativas que se reportam a questões culturais, econômicas e de necessidade de maior eficiência no uso de recursos, além da busca de melhoria dos resultados educacionais com foco na ampliação da equidade no país. O entrevistado relata também estratégias utilizadas para apoiar a implementação do currículo.

Iniciando os textos que compõem o dossiê temático, Ana Maria Santos Gouw, Helenadja Santos Mota e Nelio Bizzo elaboraram o artigo *O Currículo de Ciências e o interesse dos estudantes brasileiros: uma aproximação necessária*. Os autores trazem uma contribuição sobre o que os estudantes de ensino médio brasileiros valorizam enquanto conteúdos de Ciências, o que dá margem a questionamentos sobre o que se deve ensinar, o que se tem ensinado e as

dificuldades que daí decorrem, nessa área de ensino, uma vez que a opinião dos alunos é também reveladora daquilo que já aprenderam. A abordagem é instigante sobretudo diante dos questionamentos explicitados por Michael Young a respeito da tensão entre considerar os interesses dos alunos para selecionar conteúdos de currículos e considerar os interesses da sociedade. Os autores tratam da relevância dos interesses dos estudantes para que se tenha um currículo significativo em Ciências. Mas não deixam de apontar também exemplos que aludem à tensão acima mencionada: os alunos não têm interesse por aprender sobre natalidade e contracepção. Entretanto, esse é um aspecto central para a organização da sociedade moderna, razão pela qual deve constar no currículo de Ciências. Essa situação impõe à escola a necessidade de ir além dos interesses individuais, buscando uma pedagogia que ensine e ao mesmo tempo crie o interesse.

Marielle Barros de Moraes, em seu artigo *Reflexões sobre a atual construção curricular das Ciências da Informação: teorias críticas em questão*, apresenta uma breve história das áreas que costumeiramente fazem a mediação entre a informação e o sujeito, classificando e organizando a informação, criando regras e formas de consulta e de armazenamento – a Museologia, a Arquivologia e a Biblioteconomia. A autora faz uso do histórico de constituição dessas áreas para apoiar sua tese central, à luz de autores como Michel Young, Bourdieu e Bernstein: as formas de mediar o conhecimento estão se aproximando devido às mudanças atuais na circulação do conhecimento, que tem se tornando mais complexa, razão pela qual as fronteiras entre as referidas áreas de mediação entre a informação e o sujeito devem se tornar mais flexíveis.

Em *O currículo e sua relação com o ensino de História: uma articulação necessária*, Iete Rodrigues Reis e Marli Amélia Lucas Pereira apresentam seu trabalho como docentes das disciplinas Currículo e Conhecimento Escolar e Conteúdos e Métodos do Ensino de História em curso de pós-graduação *lato sensu*, do qual participam professores das séries iniciais do ensino fundamental. O curso foi orientado pelas questões “como ensinar História para crianças pequenas” e “o que ensinar e quais suportes utilizar com crianças ainda não alfabetizadas”.

Em *‘Pedagogia das Possibilidades’: é possível um currículo para a diversidade nas escolas brasileiras?*, Windyz B. Ferreira argumenta que haveria uma cultura de valorização das impossibilidades em detrimento das possibilidades no que tange à consideração da diversidade no currículo. O discurso vigente seria o de valorizar em demasia as dificuldades e obstáculos na operacionalização de um

currículo pautado nos direitos humanos que contemple de fato a diversidade. A autora defende que essa visão precisa ser rompida com a afirmação de uma “pedagogia das possibilidades”, fundamentada na valorização das boas práticas pedagógicas, sendo esse o caminho para as escolas produzirem cada vez menos injustiça social e iniquidade.

No artigo *Diretores de escola em Minas Gerais querem currículo unificado?*, Paula Batista Lessa e Beatriz de Basto Teixeira apresentam uma pesquisa sobre o que pensam diretores a respeito de um currículo unificado, com base em questionário aplicado junto a mais de 3 mil diretores de Minas Gerais. As autoras afirmam que a maioria dos diretores concorda com o estabelecimento de um currículo unificado no país. Informam ainda que essa concordância independe de tempo de experiência dos gestores, faixa etária ou nível de escolaridade. Lessa e Basto buscam, ainda, com base em outros estudos, formular algumas hipóteses que possam explicar tais dados. Entre elas, afirmam que talvez para esses profissionais a existência de um currículo unificado possa favorecer a gestão do ensino nas unidades escolares.

Em pesquisa nas bases de dados do Inep, Rodrigo Travitzki, autor de *O currículo brasileiro segundo o Censo Escolar*, mostra que as disciplinas mais frequentes – ministradas a pelo menos 90% dos alunos de ensino fundamental e médio no país – são: Língua Portuguesa, Matemática, História, Geografia, Sociologia/ Estudos Sociais, Filosofia e Ciências (ou Química, Física, Biologia). O autor traça algumas reflexões sobre currículo nas quais defende que a relação entre autonomia e currículo seja tratada de forma não dicotômica e afirma que a adoção de um currículo comum pode se configurar como um ponto de partida para os professores criarem e se adaptarem à realidade local.

Áurea Andrezza Silva dos Santos e Ney Cristina Monteiro de Oliveira, no artigo *O Programa Mais Educação e a indução da educação integral: desafios para o currículo escolar*, tratam do novo objetivo da educação brasileira de ampliar a educação integral. Afirmam que as várias concepções de educação integral existentes têm em comum o fato de preconizarem o desenvolvimento integral do sujeito, o que traz inúmeras dificuldades para a implementação da educação integral sob os parâmetros estabelecidos pelo Programa Mais Educação, do MEC. Com base em uma experiência – do município de Santarém/PA –, as autoras mencionam também situações positivas como a articulação dos saberes e a valorização do saber local.

A reflexão sobre o modo como são pensadas e efetivadas as políticas públicas para a educação de jovens e adultos (EJA) no Brasil é o objetivo do artigo *Proposições de organização curricular na educação de jovens e adultos*,

de Roberto Catelli Junior, Michele Escoura, Edneia Gonçalves, Luiz Henrique Magnani, Leonardo Luiz de Matos e Luís Felipe Soares Serrão. Argumenta-se que a maior parte das escolas de EJA reproduz o mesmo formato voltado a crianças e adolescentes, incluindo as propostas curriculares. Os autores afirmam que é necessário considerar os contextos de vida, as experiências e aspirações das pessoas que são foco das políticas de EJA para orientar a elaboração de novas propostas curriculares para essa modalidade de ensino.

No artigo *Influências na constituição do currículo oficial na Rede Municipal do Ensino de São Paulo*, Raíssa de Oliveira Chappaz e Bárbara Barbosa Born elencam e analisam os documentos que, segundo elas, expressam o currículo oficial para o ensino fundamental I em Língua Portuguesa e Matemática, buscando identificar possíveis influências na constituição desse currículo. Concluem que o caso analisado mostra que a elaboração de currículos é afetada por determinantes variados, incluindo avaliações externas e questões políticas de diversas ordens.

Em *Decisões curriculares e participação*, Meyri Venci Chieffi e Maria José Reginato questionam: “Quem tem o poder de tomar as decisões curriculares?”. As autoras discutem o que chamam de duas lógicas de construção do currículo empregadas pelos sistemas de ensino: a participativa e a clássica (sendo essa última caracterizada por ser mais comum e mais hierarquizada). Defensoras da segunda lógica, Chieffi e Reginato relatam a experiência de reorientação curricular desenvolvida no estado de Goiás, do qual ambas participaram como assessoras do Cenpec de 2004 a 2010, e no município de São Paulo, na gestão de Paulo Freire como secretário de Educação. Afirma-se que o processo participativo imprime legitimidade ao currículo formal, reforçando suas possibilidades de implementação para que de fato se realize na sala de aula.

Na seção Pesquisas e Ensaios, Elizabeth Barolli e Claudia Bandeira apresentam e discutem a experiência desenvolvida em uma rede de ensino municipal paulista de uso dos Indicadores da Qualidade da Educação (Indique), instrumento que o MEC tem estimulado para apoio à avaliação institucional participativa nas escolas. As autoras afirmam que o processo avaliativo e de planejamento orientado pelo Indique propiciou resultados como a ampliação da participação da comunidade na elaboração do projeto político-pedagógico, a resolução de conflitos que envolvem os estudantes, o fortalecimento do ensino da leitura e da escrita e a articulação dos professores em torno de ações pelas crianças com deficiência. Afirmam que o processo avaliativo permitiu também o surgimento de demandas com foco na formação de professores e

no apoio ao trabalho dos coordenadores pedagógicos. Chamam a atenção, porém, para uma possível falta de clareza sobre os limites da participação dos familiares na escola, tendo em vista o envolvimento de pais em ações de caráter voluntarista.

Na seção Crítica e Sistematização, Silvana Marques Pacheco, com o texto *Sonhos e concretudes em territórios de vulnerabilidade social latente: altruísmo na gestão escolar*, relata prática de gestão desenvolvida em escola municipal na periferia de São Paulo. Segundo a autora, a prática, descrita como de gestão compartilhada, visa o desenvolvimento de um trabalho integrado e integrador, a valorização do trabalho em equipe e a participação da comunidade escolar. Pacheco menciona as dificuldades enfrentadas no percurso de trabalho, fundamentalmente decorrentes da existência de relações hierárquicas e de poder entre os segmentos que compõem a escola e dos conflitos que dela resultam, e dos diferentes pontos de vista dos profissionais da escola e das famílias.

Este número da revista publica também a nota de leitura elaborada por Denise Lotito do livro *Redes ou paredes: a escola em tempos de dispersão*, de Paula Sibilia, publicado pela editora Contraponto em 2012. A obra enfoca as mudanças históricas vividas entre a era moderna e a contemporaneidade – fundamentalmente as transformações nos corpos e subjetividades – e seu impacto no projeto escolar. Trata-se de uma reflexão importante para se pensar o futuro da instituição escolar e, conseqüentemente, do currículo.